

Jabor e a psicanálise: dez anos de Brasil

Miriam Chnaiderman

Os textos que Arnaldo Jabor escreveu entre 1992 e 2003 sobre diversos temas permitem captar importantes modificações no modo pelo qual se estrutura a subjetividade no Brasil, a partir de instantâneos da vida cotidiana.

Aqui estão reunidos artigos que foram publicados em diferentes órgãos de imprensa no decorrer destes dez anos e que, colocados em seqüência, permitiram uma reflexão sobre a relação entre psicanálise e cultura, bem como o questionamento sobre nosso instrumental frente a realidades tão duras desse nosso triste e alegre Brasil¹.

De 1992 a 2002

Em 1992 Arnaldo Jabor publicou o ensaio “Brasil choca o ‘ovo da jibóia’”. Saiu no dia 1º de novembro, no jornal *Folha de S. Paulo*, no caderno “Mais”. Colocava, então, importantes questões que me levaram, naquele momento, a uma reflexão sobre intersecções

possíveis entre psicanálise e cultura. Era um ensaio que, sem teorizar, utilizava todo um arsenal da experiência e clínica psicanalítica para pensar fatos do cotidiano de qualquer cidadão brasileiro. Arnaldo Jabor, naquele momento, escrevia sobre a esmola e o assalto: “(...) um menino miserável de doze anos leva outro como isca para me emocionar e tirar minha esmola. Ao longe, na calçada, vejo a mãe do menino esperando o ‘lucro’ da cena. É um comércio, como uma exibição de cinema ou como uma peça de teatro. (...) Há certos mendigos que são sucesso de bilheteria, outros não mexem

Miriam Chnaiderman é psicanalista e ensaísta, membro do Departamento de Psicanálise do Sedes Sapientiae, doutora em Artes pela Escola de Comunicações e Artes da USP. É autora de *O hiato convexo: literatura e psicanálise* (Brasiliense) e *Ensaio de Psicanálise e Semiótica* (Escuta) e diretora dos documentários *Dizem que sou louco* e *Artesãos da morte*.

Passados dez anos, o número de mendigos aumentou; cruzamos o tempo inteiro, em nossas caminhadas, com moradores de rua.

conosco e são frescos. Sucesso! Sou tomado por uma funda emoção. (...) Por alguns segundos, sou grato ao menino (...) por me proporcionar uma emoção humanitária. (...) A riqueza não olha a miséria, mas a miséria olha a riqueza. (...) Assim que dou o dinheiro ao menino, sou tomado por um ódio terrível ao 'estado de coisas', tenho um tremor meio histórico contra a 'situação brasileira', contra os políticos, contra os ricos (...). Eu saio lucrando com a esmola, pois estou apaziguado. (...) Assim, a miséria cumpriu uma função estabilizadora das regras sociais. A esmola que dei me esmola mais do que ao mendigo."

Passados dez anos, o número de mendigos aumentou; cruzamos o tempo inteiro, em nossas caminhadas, com moradores de rua que vivem pelo chão imundo de nossas calçadas. Será que podemos continuar afirmando que "a miséria cumpriu uma função estabilizadora das

regras sociais"? No momento em que refleti sobre o ensaio de Jabor para uma fala que deveria fazer em Salvador², pensei, a partir do livro de René Girard, *A violência e o sagrado*³ que, assim como o sacrifício nas sociedades primitivas, a miséria mantém o mundo funcionando, "apesar de sujar a passagem".

Neste mesmo ensaio, Jabor reflete sobre o assalto: "Eu sou a vítima, a pobre pessoa sou eu. O assalto é a esmola ao contrário, eles é que dão a esmola. A pobreza (...) ganha a face da vingança. A injustiça social que se abatia sobre eles é desviada sobre você. Você passa a ser vítima da injustiça social. E (...) aqueles que tinham a missão de manter a sociedade funcionando na injustiça eterna se rebelam e parecem mudar a face do mundo."

A partir do meu primeiro documentário, o "Dizem que sou louco", na primeira reflexão que fiz a partir da pesquisa realizada pelas ruas de São Paulo⁴, afirmava que aquele que é considerado o "louco de rua" é sempre alguém pedindo para ser olhado, algum olhar que o transforme em sujeito. Jabor, nesse ensaio, mostra a inversão de olhares – aquele que dá a esmola ou é vítima de um assalto tranqüiliza-se com o olhar do menos favorecido, do miserável.

Jabor encerra este artigo: "O fim da caridade é útil. Acabou o mundo do escândalo bondoso e vai começar o mundo da violência. Vai acabar a ópera bufa e começar a tragédia."

É profético o ensaio de Jabor – as estatísticas confirmam suas apocalípticas visões. As manchetes nos jornais são assustadoras e mostram como a violência não fica restrita a setores menos privilegiados. Por exemplo, no dia 26 de julho de 2002 o jornal *O Estado de S. Paulo* noticia "Advogado é encontrado morto em Guarulhos". O que chama a atenção neste caso é que apenas a frente do aparelho de som foi retirada do carro – os cartões e os

cheques continuavam na carteira da vítima. Há uma inutilidade no gesto atroz de matar um cidadão. Também no jornal *O Estado de S. Paulo*, ficamos sabendo que "Seminário vai discutir aumento do uso de drogas nas polícias". Ou, na mesma página: "Segurança faz colegas reféns para exigir salários atrasados". No dia 3 de agosto de 2002, também em *O Estado de S. Paulo*: "Paulo de Tarso pede análise sobre denúncias contra policiais" – havia estourado o escândalo relativo ao Grupo de Repressão e Análise a Delitos de Intolerância (Gradi), órgão subordinado ao gabinete do secretário de Segurança Pública de São Paulo, no qual os policiais são acusados de infiltrar presos no Primeiro Comando da Capital (PCC) em troca de regalias. Durante o mês de julho/2002, chamou-me a atenção a manchete do jornal *Agora*: "Polícia mata mais em ano de eleição".

Quem mata quem? Quando a polícia coloca na rua presos de alta periculosidade para realizar tarefas que são suas e, como pagamento, mata seus inimigos, nosso cotidiano fica ameaçado, conforme depoimento de Dalmo Dallari no dia 7 de agosto para o jornal *Folha de S. Paulo*.

Voltando ao Jabor de 1992... em outro artigo, publicado também em 1992, dois dias depois do citado anteriormente, na sua coluna semanal do jornal *Folha de S. Paulo*, "Crise política precisa de arte e alegria". Jabor aponta como o que temos denominado como pós-modernismo não passa de um luto pela utopia – "os intelectuais saíram das certezas das cantigas de roda políticas para a desilusão de um mundo 'impossível' (será?) de modificar (...) a consciência geral de que o país está numa grave crise, em vez de nos levar para um caminho ativo, está levando a uma paralisação mental."

E Jabor faz o elogio dos meninos do arrastão que "estariam indo à luta, querendo melhorar o Brasil, o Brasil deles". "Há um outro Bra-

sil, um Brasil de psicanalistas, artistas, filósofos, que vive abstratamente do mal-estar da impossibilidade". Para Jabor, Brasil concreto é menino cheirando cola na Praça da Sé.

Jabor indaga-se sobre como reagir a tudo isso... pensar na recessão mundial não basta e muito menos a consciência do horror interno. Aquilo que precisamos, propõe, é de alegria e arte: "Não é possível continuarmos a viver dos que se formaram nos anos 60. Estamos aprisionados em chavões. Estávamos em um pantanal de imobilidade, e de repente vem a campanha pró-*impeachment*, e milhares de

repensado politicamente, e isso se fará pela arte e não pensando politicamente.

É importante contrastar esses dois ensaios de Jabor com outros mais recentes, como, por exemplo, "Nas periferias, a 'pós-miséria' cria outro país", de 16 de abril de 2002, no "Caderno 2" do jornal *O Estado de São Paulo*. Jabor refere-se a quatro filmes que buscariam retratar a tragédia social das periferias, detendo-se mais em *O Invasor*, dirigido por Beto Brant. Citando: "Neste filme não se retratam mais os pobres como uma espécie de 'decadência' dos ricos, como se os

Tereza Caldeira, agora em 2002, em ensaio publicado em encarte sobre *Violência*, da *Revista da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência*⁵ aponta para o paradoxo de que nos últimos anos tanto a violência urbana como a democracia se enraizaram no Brasil, sem que uma tenha conseguido ser um freio para a outra. A crescente criminalidade violenta não foi capaz de impedir a consolidação democrática e a legitimação do imaginário de cidadania e direitos que lhe é inerente. Assim, violência e democracia expandiram-se de maneira interligada, complexa, paradoxal e, às vezes, simplesmente surpreendente. Nos últimos vinte anos, e especialmente na última década, um imaginário de cidadania e direitos consolidou-se na sociedade brasileira e passou a ser uma linguagem comum aos mais distintos grupos sociais e espaços de sociabilidade, servindo de referência a práticas distintas.

No filme *O Invasor*, os mandantes de um crime são empresários, e o matador sente-se com o pleno direito de passar a fazer parte da vida deles. Há uma inversão de valores, e vemos a burguesia invadida pela periferia.

Tereza Caldeira aponta como o Primeiro Comando da Capital – PCC, fundado em 1993, numa luta descomunal e incansável contra a opressão e as injustiças "no campo de concentração anexo à Casa de Custódia e Tratamento de Taubaté", tem como temas absolutos: a liberdade, a justiça e a paz. Cita os estatutos:

"Temos que permanecer unidos e organizados para evitarmos que ocorra novamente um massacre, semelhante, ou pior ao ocorrido na Casa de Detenção em 2 de outubro de 1992, onde (*sic*) 111 presos foram assassinados, massacre que jamais será esquecido na consciência da sociedade brasileira. Porque nós, do Comando, vamos sacudir o sistema e fazer essas autoridades mudarem a prática

Dos estatutos do Primeiro Comando da Capital (PCC):

"Temos que permanecer
unidos e organizados para evitarmos
que ocorra novamente um massacre,
semelhante ou pior ao ocorrido
na Casa de Detenção
em 2 de outubro de 1992."

jovens ajudam a mudar tudo. Essa originalidade só foi possível porque não havia nenhuma idéia de conjunto orientando os jovens."

O vazio filosófico que ocorre com a destruição das utopias deixa uma liberdade para descobertas inusitadas sobre o nosso país. O novo não virá de antigos procedimentos políticos – em lugar da esperança e da estratégia, restou-nos, segundo Jabor, a alegria: o Brasil precisa ser

excluídos fossem seres 'aquém' do nosso conforto". Jabor cunha um novo conceito, o de "pós-miséria", que estaria gerando uma nova cultura. Afirma: "A miséria era nosso problema existencial. Hoje a miséria é uma outra nação, no centro do insolúvel, intocada pela salvação e pela esperança política." Analisa como a comunicação democratizante do consumo fez surgir uma massa miserável mas desejante.

carcerária, desumana, cheia de injustiça, opressão, tortura e massacres nas prisões. Aquele que estiver em liberdade e bem estruturado, mas esquecer de contribuir com os irmãos que estão na cadeia, será condenado à morte sem perdão... Em coligação com o Comando Vermelho iremos revolucionar o País dentro das prisões e o nosso braço armado será o terror dos poderosos, opressores e tiranos que usam o anexo de Taubaté e o Bangu 1, do Rio de Janeiro, como instrumentos de vingança da sociedade e fabricação de monstros.”

De fato, o efeito mais perverso do imbricamento entre imaginário de justiça e direitos e violência provavelmente encontra-se nas organizações de presidiários e no ciclo de violência que elas têm imposto aos presídios. No documentário *Notícias de uma Guerra Particular*⁶ tanto Paulo Lins, autor do livro *Cidade de Deus* (que dá origem ao filme) quanto o então delegado Hélio Luz mostram como foi o contato que houve entre os presos políticos e os presos comuns que levou à criação do Comando Vermelho.

Os membros do PCC descrevem sua organização como um partido político e legitimam suas ações criminais e o ciclo de terror que comandam nos presídios em nome da justiça, da paz e da liberdade. Há depoimentos claramente nessa linha no documentário *Notícias de uma Guerra Particular*. Teresa Caldeira mostra como nem mesmo o PCC articula-se publicamente sem o imaginário da cidadania e dos direitos. A violência que tem marcado as ações desses comandos nos presídios brasileiros assusta mesmo os mais experientes leigos, policiais e membros de organismos de direitos humanos. Eles têm evocado a noção de crueldade para exprimir o espetáculo freqüente não apenas de corpos mortos, mas requintadamente mutilados, violados e exibidos. Como encontrar sentido para essas ações que simultanea-

mente evocam o discurso de justiça e paz e praticam crueldade?

Parece que até mesmo o instrumental psicanalítico de Jabor, que o levava a afirmar o quanto a esmola que damos na rua é para nós mesmos, agora se mostra infrutífero.

Mas a psicanálise autoriza a fazer afirmações tais como as de Jabor: “somos nós que lucramos com a esmola, pois ficamos apaziguados?” Não haveria aí um abuso dos modelos psicanalíticos?

Jabor sempre nos indica que o mundo não vai ser salvo. Ainda bem. Como psicanalistas, trabalhamos com esta constatação, irremediavelmente. Só que, antes, não poder salvar o mundo implicaria, segundo Jabor, em poder resgatar uma alegria, resgatar o carnaval em toda a sua irrupção dionisiaca. Assim, segundo Jabor, “o arrastão é bom porque impede a ‘normalização’ da vida pública”. Hoje, clamamos por alguma normalização na vida pública, se normalização implicar transparência e constitucionalidade.

1992 – Collor x caras-pintadas

Em 1992, quando Jabor escreveu os artigos citados, a tática do “arrastão” começava a existir. Havia ocorrido o massacre da Casa de Detenção, estava acontecendo o movimento dos caras-pintadas adolescentes, índios pelas ruas de todo o Brasil.

Caetano Veloso, teria afirmado, num *show*, que era a mesma energia que movia os jovens do arrastão e os adolescentes da Avenida Paulista, dos *shoppings*, com suas caras pintadas de verde e amarelo.

A transgressão era disruptora, acreditava-se que qualquer oposição ao dito “sistema”, mesmo que na violência do “arrastão”, tinha o sentido de busca, de denúncia e transformação. Mas, junto com esses movimentos, ocorreram também

o massacre na casa de detenção e importantes episódios de rebeliões na Febem, também com mortes.

Collor havia confiscado nossas poupanças, invadido nossas contas correntes, e não houvera qualquer mobilização maior. Tristemente, como se fosse uma fatalidade, o povo preferiu acreditar que estava, através do ato violento de Collor, ajudando a breçar a inflação no país. Era preciso o “sacrifício de todos”.

O efeito mais perverso do imbricamento entre imaginário de justiça e direitos e violência encontra-se nas organizações de presidiários.

Fomos sabendo, com o passar dos meses, que era necessário o sacrifício de todos, menos o dele e daqueles que o cercavam. Mas o silêncio foi total.

O que Collor deixou na poupança de cada um unificava-nos, deixava-nos “iguais”, infantilizava-nos diante do possível “salvador”. Assim Collor criou sua “massa”. E, na massa, apagam-se as aquisições individuais, deixa de haver a história de cada uma. Houve um abalo na memória, era preciso começar de novo. Le Bon, citado por Freud em *A Psicologia das Massas*, fala como na multidão desaparece o sentimento de

responsabilidade, predominando um sentimento de impotência invencível. Freud afirma que a ligação recíproca dos indivíduos na massa é sempre uma identificação baseada em uma ampla comunidade afetiva, supondo que esta repousaria na modalidade de ligação com algum chefe.

Tudo isso nos mostra como, ao mexer em nossas contas correntes e poupanças, Collor implantou as bases de um poder político fascista. Tanto que tais medidas, depois, mostraram-se absolutamente ineficazes do ponto de vista econômico.

Argumentando estar modernizando o capitalismo no Brasil, Collor tentou eliminar qualquer singularidade. Enquanto chefe populista, criou a ilusão de uma relação direta e imediata entre governante e povo (por meio da televisão, por exemplo), sensação tão bem descrita por Freud na *Psicologia das Massas*.

A CPI instaurada contra Collor nomeou o que precisou ser recalcado. E, ao nomear, permitiu que cada um falasse, a seu modo, de sua revolta. A revolta explodiu por todos os poros. No dia em que Collor pediu que, para apoiá-lo, as pessoas saíssem vestidas de verde e amarelo, o povo respondeu com o preto. E, nós, psicanalistas, pudemos assistir a um ato analítico expandido em nível nacional: a cor preta foi re-significada – os buracos negros das galáxias cósmicas são abertura para o desconhecido, espirais ao infinito, não podendo ser enquadrados em qualquer sistema de saber instituído. A cor negra, que sempre foi sinal de austeridade e suprema gravidade, “caiu no samba”. Ao pendurar um sutiã preto na janela de seu carro, ao construir um espantalho, vestido em um cabo de vassoura, com uma camiseta preta pendurado na janela do prédio, a meia preta, na antena de rádio de um carro sendo aplaudida pelos transeuntes (o pé-de-meia que foi feito às nossas custas) o povo mostrou a nós, psicanalistas, a possibili-

dade de irromper em códigos estabelecidos – metonimicamente, os desejos irromperam movendo significantes na produção de agenciamentos inusitados.

A partir do que não pôde ser falado, do que ficou calado, brotou aquele domingo que transformou o preto nas muitas cores em que cada singularidade buscou expressão. Vivemos o que Walter Benjamin nomeou como um conceito novo e

A CPI
instaurada contra
Collor nomeou o
que precisou ser
recalcado. E, ao
nomear, permitiu
que cada um
falasse, a seu
modo, de sua
revolta.

positivo de barbárie⁷ – aquele que faz começar de novo e construir com pouco. Dos detritos construímos nossos brinquedos e com eles saímos à rua. Cada um do seu jeito. Sem líder, sem partido, sem suposto-saber. Era a festa. Era a necessidade de expressão em estado bruto.

A questão da lei no Brasil é colocada de forma original por Luis Cláudio Figueiredo no ensaio “A lei é dura, mas... (para uma clínica do legalismo e da transgressão)”⁸. Citando Faoro, Luis Cláudio mostra como no Brasil a lei sempre foi vista como algo que tem de criar a realidade, ao invés de ser apenas sua

reguladora, o que é uma visão que tem origem no Estado patrimonialista, levando a um “jurismo” artificioso e esteticista, divorciado das condições sociais e econômicas subjacentes. Surge uma idéia de nação que é fictícia: as leis precedem as realidades a serem reguladas. A idéia de “nação” passa a ser uma maquiagem de conflitos.

A idéia de “nação brasileira” torna-se disponível para servir como resposta ao mandato de exotismo: era obrigatório que fôssemos uma nação fictícia para que nossa “identidade nacional” nos colocasse no lugar do diferente. Para Luis Cláudio, haveria uma impropriedade que constituiria nosso modo de ser. E, nas subjetividades marcadas pela impropriedade, o ornamental e o retórico são constitutivos. A transgressão surge então como forma de se reapropriar da impropriedade, busca de uma existência mais verdadeira. É na transgressão que se engendram novos padrões de sociabilidade, “novas possibilidades existenciais”. Parece que no Brasil somos obrigados a nos inventar permanentemente.

Lindo exemplo de uma impropriedade vital foi o dia em que todos saímos de preto para afirmar a liberdade, ou seja, usamos da impropriedade para a afirmação de uma singularidade desejada, diante do achatamento massificante a que tínhamos sido reduzidos. Triunfou a vida, e o negro nunca foi tão libertário.

Carandiru etc. e tal...

No dia 13 de outubro de 1992, no jornal *Folha de S. Paulo*, Jabor publica o texto “Havia um encontro marcado no pavilhão 9” no qual toma de sua câmera e faz uma subjetiva do policial que invadiu a Casa de Detenção. Jabor está procurando encontrar alguma explicação para a violência que tomou conta de cada ser humano implicado na operação.

De fato, colocava-se então a pergunta: que terríveis forças demoníacas moveram no que se passou naquela sexta-feira macabra, véspera de eleição? Por que matar, a sangue frio, presos nus, amontoados em suas celas, totalmente indefesos? Qual sadismo fez com que lançassem cães ferozes no pavilhão de aidéticos para depois morderem presos de outros pavilhões?

Essa é também a perplexidade de Freud, em *Sobre a guerra e a morte*, texto escrito em 1915, em meio à guerra deflagrada entre as nações ditas civilizadas. Freud esperava que as conquistas da civilização apontassem outros caminhos para a condução de conflitos. As relações sociais deveriam ter como suporte a compreensão e a tolerância. Em 1933, em resposta a uma carta de Einstein, Freud escreveu em *Por que a guerra*: “a guerra nos despoja dos acréscimos ulteriores da civilização e põe a nu o homem primitivo que há em cada um de nós”.

Em São Paulo, vários artigos fizeram a comparação entre o massacre da Casa de Detenção e o genocídio nazista. “Foi pior do que a Segunda Guerra Mundial, Hitler ficou abaixo nessa chacina” – são frases de uma mulher no sábado à noite na porta do Instituto Médico Legal, conforme reportagem de 5 de outubro do jornal *Folha de S. Paulo*. A mesma reportagem descreve: “Funcionários do Instituto choravam quando cadáveres de detentos começaram a ser despejados aos montes pelos rabeções amontoados na sala dos legistas à espera de autópsia e caixão”.

De fato, as fotos a que tivemos acesso eram contundentes – sempre retocadas devido ao “impacto das imagens”. Chama a atenção o número nas coxas dos presos assassinados. Número que marcava também os corpos daqueles que eram introduzidos e mortos nos campos de concentração nazistas. Os nazistas assassinavam o nome próprio judeu: –, massificaram com-

Chama a atenção o número
nas coxas dos presos
assassinados. Número que
marcava também os corpos
daqueles que eram introduzidos
e mortos nos campos de
concentração nazistas.

pletamente o nome próprio. Todas as mulheres eram Sara, e todos os homens, Israel. O número, marcado a ferro e fogo no corpo dos judeus, era o sinal da morte, da morte do nome próprio. Analiticamente, a revista *Veja*, em sua reportagem sobre a chacina, colocou em cada canto de página, o nome, idade, pena a cumprir, etc., de todos os detentos mortos.

As imagens da chacina levaram às câmeras de gás, onde milhares de judeus foram mortos. Sumariamente. Pelo simples fato de serem judeus. Na Casa de Detenção não foram judeus, nem comunistas, nem homossexuais. Foram os ditos “bandidos”. Mas, afirma o Secretário de Segurança: “evitamos a fuga de 2.000 detentos”. A população respiraria aliviada – mais uma vez a polícia mostrou sua “eficácia”, “protegeu” a população e eliminou essa “raça maldita”. Agredir as famílias desesperadas que buscavam por seus parentes faz parte... Afinal, família de bandido é bandido também, deve ser tratada como bandido, com cachorro avançando, fazendo correr.

No dia da invasão pela polícia havia 7.200 detentos, 4.050 a mais do que o previsto. Em que condições poderiam estar vivendo os 7.200 detentos?

Pesquisas sobre as formas de sobrevivência nos campos de concentração podem ser úteis para pensar o que ocorreu, na medida em que descrevem situações-limite.

Bruno Bettelheim, em *Coração informado*⁹, relata sua experiência no campo de concentração, onde os S.S. buscavam formas as mais eficazes para submeter, de modo absoluto, indivíduos indefesos: buscava-se pesquisar qual era o mínimo de alimentação, de higiene, de cuidados médicos necessários para mantê-los em estado de realizar trabalhos pesados. Conta de dois colecionadores de selos que se conheceram no momento em que foram aprisionados e tinham como passatempo conversar e tentar, assim, escapar, ainda que por instantes, de sua depressão. Mas, na medida em que esta defesa implicava que permanecessem juntos, tornou-se perigosa – nesse momento, seu comportamento individual

não era mais uma proteção, e sim uma fonte de perigo. Como não podiam continuar colecionando selos, as conversas foram se tornando desinteressantes. Não tendo mais aquilo que dava sentido à sua vida passada, deixaram de ter um meio de defesa individual e tornaram-se, rapidamente, “a sombra deles próprios”.

Para os SS o prisioneiro não deveria tornar-se uma pessoa. A reação dos prisioneiros acabava sendo: o que quer que eu faça aqui e me aconteça, tanto faz. Só o que tem a ver com a sobrevivência passa a ser permitido. Assim, a Gestapo fundia as singularidades em uma massa amorfa.

Marcelo e Marem Vignar mostram, em seu livro *Exílio e Tortura*¹⁰, como a degradação do corpo opera como preparação e desencadeamento do desabamento em nível psíquico.

Como pode ser a relação desses 7.200 detentos com o próprio corpo? A sensação de que o corpo não pertence mais a si mesmo, esse despojamento de si próprio, é uma experiência comum entre presos submetidos a condições tão aterradoras de sobrevivência.

A polícia invadiu a Casa de Detenção a partir de uma briga en-

tre gangues – alegou que teria entrado para evitar uma chacina entre os próprios presos. Seja o que for, as situações de briga levam os detentos a se apossarem de algo próprio, alguma subjetividade ou singularidade, qualquer coisa que faça com que se sintam pessoas. As divisões em gangues levam a uma diferenciação, deixam de ser massa amorfa, apossam-se do corpo. Ainda que esta posse seja a morte. Quando se amontoam 7.000 detentos em um lugar onde cabem 3.000, pode-se esperar gestos desesperados de constituição de algo próprio. É isto que os torna humanos.

Jabor escreve: “Todos eram carne da mesma carne, todo mundo vinha da favela, nós éramos iguais a eles, os soldados e os presos eram uma irmandade da mesma carne. E a gente matando eles. Eles eram iguais a nós, e ninguém tinha raiva de ninguém...” E, mais adiante: “Queríamos limpar esta prisão deles, que eram a prova de nossa miséria...”, “...a gente matava neles a nossa vida miserável que nos fazia estar ali matando eles...”

Vemos um não-psicanalista podendo incorrer no que a psicanálise tem de mais perigoso: fica tudo explicado, os policiais, ao matar os detentos, mataram aquilo que

não suportam em si mesmos... Podemos quase afirmar que Jabor inebria-se com o inebriamento sanguinolento do policial – talvez, única maneira de poder dar alguma racionalidade à violência atroz. Mas, é terrível ver a psicanálise utilizada para camuflar o fato de que, na explosão da realidade, nem sempre é possível que a razão dê conta do que nos constitui.

Assim como no domingo ensolarado a população se manifestou, cada um inventando seu jeito de ser por meio da cor preta, os detentos buscavam alguma forma de singularização, de deixar de ser gado.

Nos dois casos, para a vida e para a morte, o que vemos é uma busca, sem ideologia constituída, de expressão de algo próprio.

A violência 1996-2002

O caderno “Mais” do Jornal *Folha de S. Paulo* de 22 de setembro de 1996 foi dedicado ao tema da violência. O jornalista Roberto de Toledo aponta como, naquele momento, a violência deixou as seções policiais para ganhar as manchetes da mídia, tanto a imprensa como a eletrônica. Porém, acentua em seu texto, a reação dos meios de comunicação e da própria população foi desproporcional à evolução da criminalidade. Em abril de 96, segundo o Datafolha, a violência era a quarta preocupação dos paulistanos. Só foi citada por 10% dos moradores. Quatro meses depois, sem que houvesse aumento na incidência de crimes, a falta de segurança tinha passado a ser o principal problema de São Paulo, na opinião de 29% de seus habitantes. O que intriga o jornalista é o fato de que a reação civil naquele momento conseguia mais espaço nos meios de comunicação do que entre a população, que pouco comparece aos atos de protesto. Aventa a hipótese de que a

Em abril de 96, a violência era a quarta preocupação dos paulistanos. Só foi citada por 10% dos moradores. Quatro meses depois, sem que houvesse aumento na incidência de crimes, a falta de segurança tinha passado a ser o principal problema de São Paulo, na opinião de 29% de seus habitantes.

falta de ressonância popular se dá porque esses movimentos são restritos a distritos mais ricos, não chegando à periferia, onde a taxa de assassinatos é até dez vezes maior. A pesquisa do Datafolha – tema daquele Caderno “Mais” – dividiu a cidade em dezenove áreas homogêneas, segundo indicadores socioeconômicos. Perguntou-se aos entrevistados qual o principal problema da cidade. As áreas onde a resposta “violência” foi mais frequente, são, justamente aquelas que têm a menor incidência de assassinatos: Vila Mariana e Perdizes. O jornalista também mostra que não é o *crack* o maior responsável pelos crimes: as estatísticas e estudos médicos mostram que o álcool tem peso muito maior sobre a ocorrência de homicídios do que as drogas ilegais. A maioria dos assassinatos ocorre durante o fim de semana e na periferia da cidade. Não por acaso, são distritos onde

não há nenhuma opção de lazer como cinemas, teatros e parques. Apenas bares.

Já em 2002, Sergio Adorno e Nancy Cárdua, na “Apresentação” que fazem ao encarte sobre *Violência da Revista da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência*¹¹, apontam como, em todo o mundo, nos últimos anos, acentuou-se o sentimento de medo e insegurança coletiva. Os autores atribuem esse sentimento à inadequação das políticas de segurança e justiça tradicionais para promover os direitos fundamentais da pessoa humana.

Em ensaio publicado nessa mesma revista, “Violência e Desigualdade Social”¹², Nancy Cardia e Sueli Schiffer afirmam que em 1999 ocorreram 6.638 homicídios na cidade de São Paulo, de acordo com dados da Fundação Seade, resultando em uma taxa de 66,89 homicídios por 100.000 habitantes. Os homicídios, ainda segundo a mes-

ma fonte, se concentram em certas áreas da cidade – em São Paulo, observando apenas quatro distritos da zona sul (Jardim Ângela, Campo Limpo, Jardim São Luiz, Capão Redondo), em 1999 havia 831.178 habitantes tendo ocorrido 854 desses homicídios. Ou seja, em uma região onde habitavam 8,3% dos moradores da cidade ocorreram 12,8% dos homicídios. O que surpreende no caso das cidades brasileiras é o grau de concentração – concentração de homicídios nas áreas de maior pobreza e de maior concentração de favelas.

Há um mapa da Fundação Seade mostrando a distribuição dos homicídios em São Paulo em 1999. Uma comparação com os mapas dos dados de 1998, 1997 e 1996 revela que nesses quatro anos houve uma consolidação da incidência de homicídios e uma espécie de “contaminação” das áreas vizinhas às áreas mais afetadas.

Como são essas áreas mais afetadas? O que pode nos ajudar a entender não só a continuidade, mas o crescimento dessa violência?

O estudo que teve como base os quatro distritos toma como fatores de risco: falta de capital social e superposição de desvantagens; e entre os fatores de proteção, a presença de capital social, o acesso a direitos – em particular, o direito à saúde, à educação, à cultura e ao lazer.

O desemprego, o uso de drogas, a falta de ter o que fazer, o alcoolismo e a gravidez de adolescentes são problemas considerados muito graves e importantes na vida não só dos moradores dos distritos, mas em toda a cidade de São Paulo. Porém há maior percepção da gravidade desses problemas nos distritos pesquisados do que na cidade: cerca de 15% a mais dos moradores avaliam esses problemas como muito mais graves do que no restante da cidade.

A maior exposição à violência ajuda a explicar o maior medo. Mais de 1/3 da população nesses distri-

O desemprego, o uso de drogas, a falta de ter o que fazer, o alcoolismo e a gravidez de adolescentes são problemas considerados muito graves e importantes na vida não só dos moradores dos distritos, mas em toda a cidade de São Paulo.

tos têm medo de circular pelo bairro durante o dia; 69% se sentem sem segurança ou pouco seguros para sair à noite; e 10% não saem. Isso acarreta menos comunicação entre as pessoas, menor identificação de problemas comuns e menos ação coletiva. As pessoas adotam medidas de autoproteção que as distanciam ainda mais umas das outras. Acaba-se reduzindo a coesão social.

A maioria dos moradores considera esses bairros como “apenas um lugar para se morar”. A ausência da sensação de comunidade pode estar enraizada na precariedade do lugar e na falta de resposta do poder público às demandas da população.

Mas, apesar de toda a tensão provocada pela violência, pelo forte adensamento e pelas carências, não parece estar ocorrendo um processo de alienação/isolamento generalizado. Há mais otimismo entre os moradores dos distritos quanto à disposição de ação coletiva por parte de seus vizinhos do que entre os outros moradores da cidade de São Paulo.

Os dados sugerem que a desigualdade no acesso a direitos alimenta a violência. As comunidades mais afetadas pela violência têm em comum uma superposição de carências. Os poucos elementos de proteção contra os efeitos da violência advêm da própria coletividade que, a despeito das condições muito adversas, em que a incivilidade e o desrespeito mútuo prosperam, resistem e mantêm no dia-a-dia relações mais próximas e de mais cooperação com seus vizinhos do que moradores de outras regiões da cidade.

2002 – *Perdlérorpoq*

O filme *Cidade de Deus* explode e toma platéias do Brasil e do mundo. Foi lançado no Festival de Cannes de 2002.

Em ensaio publicado em 27 de agosto de 2002, “Cidade de Deus

Os esquimós poderiam, como os lapões, abandonar o mar gelado para criar renas domésticas. Mas preferem viver como nômades, à beira do Ártico. Para Zaltzman, sua escolha dirige-se à vida e não à morte.

desmascara nossa crueldade”, Jabor afirma: “Um outro mundo está aparecendo, não como decadência ou ameaça, mas como sinistra cultura, pavorosos valores, tudo sob o manto sombrio da morte”. E, a partir do filme, afirma: “Aqueles crianças armadas estão acima do bem e do mal... Precisamos de novos conceitos para entender este problema de Estado e da sociedade.”

Os alegres meninos do arrastão, de 1992, agora carregam o olho da morte, parece... Jabor mesmo reconhece: “Antes havia uma esperança teórica: hoje há o absoluto impasse” (...) Trata-se de um muro de chumbo, com raízes profundas.

Cidade de Deus mostra a realidade daqueles que vivem seu dia através da força do tráfico de drogas e a vida nas favelas. Sucedem-se então cenas atrozes: crianças de menos de oito anos com armas nas mãos, mata-se como se comesse o pãozinho da padaria. Parece que em nosso mundo a vida humana não é muito diferente da galinha que deve ir para o panelão em dia de festa. Ou, pior ainda, não se trata nem de dia de festa, ou todo dia é dia de festa.

Perdlérorpoq é um termo dos esquimós de Thulé, planície gelada onde vivem as tribos dos inuis. *Perdlérorpoq* é a explosão de uma violência extrema. Quem está possuído pelo *perdlérorpoq* arroja-se, expondo-se ao frio, rasgando suas roupas, correndo sobre as geleiras.

Mas nunca atacando o seu meio. Os inuis falam: “é estar doente da vida”. A vida tem força demais, e este paroxismo é redentor. Há vários episódios relatados em que missionários querem deter tal estado com brometo, mas são impedidos pelos membros da tribo, que velam para que a crise se desenrole até o fim. É preciso que esta força saia, é preciso que se chegue até o esgotamento sem que se morra, para poder continuar vivendo.

Nathalie Zaltzman – que relata estes dados em *A pulsão anarquista*¹⁵ – está se referindo ao livro *Os últimos reis de Thulé*, de Jean Malaurie. Os esquimós poderiam, como os lapões, abandonar o mar gelado para criar renas domésticas. Mas preferem viver como nômades, à beira do Ártico. Para Zaltzman, sua escolha dirige-se à vida e não à morte. Citando: “Onde a ameaça de morte está extraordinariamente presente, o princípio de sobrevivência faz a mais alta lei”(…) “Este modo de vida árido, esta provação contínua da resistência humana à morte, (...) designa uma forma exemplar de experiência-limite.”

No Brasil, as condições atrozes de uma vida sem qualquer dignidade parecem estar levando à busca de experiências-limite para que nos certifiquemos da vida. Mas, como saber se estas experiências servem à vida? Não temos os rituais das sociedades primitivas nem as demarcações sazonais que orientam os inuis.

Para N. Zaltzman, há “a possibilidade do trabalho psíquico de Thanatos sem efeitos mortíferos.(...) Dos espíritos malfeitores aos deuses da morte, dos fantasmas aos vampiros, as representações figuradas destas pulsões encontraram seu lugar nos mitos, nas religiões, nas superstições, nas magias, nas bruxarias...”. Thanatos é o gosto pela errância, revolta contra formas de vida aprisionantes. Aqueles que escolhem a errância falam demais a verdade, pois estão sempre lembrando a proximidade com a morte. Mas a busca é de uma tranqüilidade interior. O que é impossível, pois testam sua liberdade a cada minuto. São nômades em permanente exílio.

Para Nathalie Zaltzman, quando a pulsão de morte se torna pulsão anarquista que pode dizer não, há o levante libertário. Mas se a pulsão de morte apenas desagrega, sem levar a qualquer renovação no mundo gregário da cultura, então há a submissão, a alienação.

No Brasil, como psicanalistas, não há como não incluir as experiências-limite como campo de trabalho.

Concluindo

Vivemos um momento em que, radicalmente, a busca é de novas formas de apreensão de um mundo em transformações que se dão em velocidade alucinante. Até mesmo as formas de expressão da sexualidade se diversificaram – surgem os andróginos, os transexuais etc. E, é claro, nesse buraco negro infinito surge também o perigo da repetição.

É nesse contexto que ressurgem o neonazismo – por impossibilidade de simbolização, por impossibilidade de re-significação, o preto volta a ser o fascismo. Fomos, desde Hitler, agidos pela impossibilidade de nomear o terror. E *perdlérorpoq* aparece como forma contundente e desesperada de elaboração de uma força de vida que transborda. Mas

que, desritualizada, tem levado a violências atroz em guerras étnicas e religiosas.

Para Walter Benjamin, a história não deve ser vista como o fluxo contínuo dos acontecimentos, mas como algo que arranca do fluxo. A tarefa política de qualquer historiador (e, por que não, do psicanalista (...)) seria libertar o objeto singular do fluxo. A história, em Walter Benjamin, é tensa, imprevisível, como o acontecimento que pode resgatar sentidos ocultos.

Gewalt, em alemão, significa tanto violência como força, opondo-se à noção de justiça. O fato é que sentimentos involuntários e instante revolucionário convergem, aponta-nos Olgária Matos¹⁴. Deixa de haver um destino histórico. É preciso deixar-se levar pela imprevisibilidade do instante. O tempo do relógio é diferente do tempo do calendário. O verdadeiro alvo da história é o desaparecimento dos processos naturais, sendo que o que diferencia o tempo histórico seria a transgressão desse processo infinito. O revolucionário transgride o tempo homogêneo, irrompe no que se repete. E a agoridade é anônima, não pode ser identificada com uma vanguarda, um líder, é sujeito em si privado de autor.

No Brasil de hoje, com arrastões, as revoltas nas prisões, os saques, não estaríamos assistindo a uma busca desesperada e maciça de apropriação de algo próprio? O que sabemos é que, quando, no filme *Cidade de Deus*, vemos crianças e jovens se organizando em gangues, assim como, dez anos atrás, os presos na Casa de Detenção se organizavam em gangues, podemos pensar que é desse jeito que conseguem algum recorte no mundo. Daí as brigas, as mortes, e, conseqüentemente, muitas vezes a necessidade de interferência do policial, que com certeza está sujeito às mesmas injunções de um mundo cruel. No mesmo gesto que pode levá-las à morte, há uma busca desesperada

de vida, de preservação do que as faz minimamente pessoas.

Só nos resta então, enquanto psicanalistas, perdermo-nos pelos meandros do contemporâneo, pensar a psicanálise em extensão (ou seja, tornar a psicanálise presente no mundo), deixarmos-nos penetrar pelos eventos, com nossa atenção flutuante. E suportar estas marcas fragmentárias, para pensar uma cidadania dilacerada¹⁵ ou uma fratria órfã¹⁶.

NOTAS

1. Aqui estão, de algum modo condensados, os seguintes trabalhos de minha autoria: “Psicanálise e Cultura” in D. Oliveira Lima (org.) *60 Anos de Psicanálise*, Salvador, Ed. Agalma, 1992; “A imprevisibilidade do instante é esperança”, in “Ilustrada” do jornal *Folha de S. Paulo*, 26-8-92; “Collor, explosão de uma imagem”, in *Revista Linha Direta*, publicação do Conselho Deliberativo Estadual do PT, nº 103, Ano III, 16 a 17 de setembro, 1993; “Ser pessoa – uma batalha que pode levar à morte”, in *Boletim do Centro de Estudos da Procuradoria Geral do Estado*, 1993; “Problema de Thulé?”, in *Jornal do Equipe*, ano I, n. 0, 1996
2. M. Chnaiderman, “Psicanálise e Cultura”, *op. cit.*
3. R. Girard, *A violência e o sagrado*, São Paulo, Paz e Terra/Unesp, 1990.
4. M. Chnaiderman e R. Hallack, “Estranhas Urbanidades”, in M.C.R. Magalhães, *Na Sombra das Cidades*, São Paulo, Escuta, 1995.
5. T. P. R. Caldeira, “Violência, Direitos e Cidadania: Relações Paradoxais” in *Violência*, encarte da *Revista da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência*, ano 54, n. 1, jul./ago./set. 2002.
6. *Notícias de uma guerra particular* é dirigido por João Moreira Salles e Kátia Lundt, realização da Vídeo Filmes, Rio de Janeiro, 2002.
7. W. Benjamin, “Experiência e Pobreza” in *Obras Escolhidas – Magia e Técnica: Arte e Política*, São Paulo, Brasiliense, 1985.
8. L. C. Figueiredo, “A Lei é dura...”, *Boletim de Notícias Pulsional*, ano IX, n. 90.
9. B. Bettelheim – *Coração informado: autonomia na era da massificação*, 2. Ed., Rio de Janeiro, Paz & Terra, 1988.
10. M. e M. Vignar, *Exílio e Tortura*, São Paulo, Escuta, 1992.
11. S. Adorno e N. Cárdua “Introdução” in “Violência e Desigualdade Social”, *Violência*, encarte da *Revista da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência*, ano 54, n. 1, jul./ago./set. 2002.
12. N. Cardia e S. Schiffer, “Violência e Desigualdade Social”, *Violência*, encarte da *Revista da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência*, ano 54, n. 1, jul./ago./set. 2002.
13. N. Zaltzman, *A pulsão anarquista*, São Paulo, Escuta, 1999.
14. O Mattos, *Os arcanos do inteiramente outro*, São Paulo, Brasiliense, 1989.
15. Expressão cunhada por J.M. Tavares no ensaio “Microfísica da violência, uma questão social mundial” in *Violência*, encarte da *Revista da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência*, ano 54, n. 1, jul./ago./set. 2002.
16. Expressão cunhada por M. R. Kehl, no ensaio “A fratria órfã” in *Função Fraternal*, Rio de Janeiro, Relume Dumará, 2000.